

ARTIGOS

A GEOGRAFIA ESCOLAR: ENTRE O ESTADO-NAÇÃO E A GLOBALIZAÇÃO

*Tadeu Pereira Alencar Arrais**

Resumo: O presente texto tem por objetivo discutir sobre as relações que podem ser estabelecidas entre o discurso geográfico escolar e a produção do espaço, a partir de uma análise entre a Geografia, o Estado-Nação e a Globalização. Nessa linha de pensamento, busca-se refletir sobre o papel da Geografia no momento atual.

Palavras-Chaves: Geografia Escolar, Globalização, Estado-Nação.

Considerações iniciais

O objetivo desse texto é estabelecer vínculos entre a geografia escolar e a produção do espaço, a partir de uma análise da relação entre a geografia, o Estado-Nação e a globalização. Essa disciplina, desde sua institucionalização, estreitou os laços com os projetos do Estado-Nação, seja na Europa ou no Brasil. O período atual, adjetivado por muitos de globalização, é demarcado por discursos que ora decretam o fim ou mesmo a flexibilidade do Estado-Nação, aquele mesmo que entre os séculos XIX e XX utilizou a geografia como instrumento de poder para demarcar seus limites e divulgar sua imagem. Hoje, novas tarefas surgem para a geografia escolar que não aquela de divulgar e ensinar a ordem espacial do Estado. Ensinar Geografia, na contemporaneidade, passa a ser ensinar o mundo global, fragmentado, desterritorializado, mundializado, etc. Então, como ensiná-la? A resposta depende, antes de tudo, do nosso entendimento de geografia. Um mundo global enquanto “projeto capitalista” ou enquanto possibilidade de construção de uma ordem mais humana e solidária? A qual chamado a Geografia atenderá? Colocar em pauta essas interrogações é nosso objetivo.

* Doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e Professor de Geografia da Universidade Estadual de Goiás.

A geografia escolar e o Estado-Nação

É comum encontrar referências na literatura geográfica sobre as relações entre a geografia moderna e os projetos dos impérios coloniais no século XVIII e XIX. Nesse período, a geografia ganha prestígio e legitimidade diante das grandes potências coloniais. A descrição de paisagens e povos, a organização de todo um aparato cartográfico para facilitar a exploração de “novas” terras, entre outros, fizeram parte do grande investimento discursivo e material que procurou classificar e adjetivar o “outro”, mantendo sob tutela seus territórios. Esse discurso, presente em muitos geógrafos e viajantes do século XIX, não pode ser compreendido fora dos condicionantes políticos da época em questão. O poder, ou os poderes, que produziu tal discurso baseou-se em formas bastante conhecidas de exploração. Um saber sobre o mundo além das fronteiras européias, para atender e servir o poder político europeu. Nesse sentido fica clara a relação entre poder e saber. Não é o saber, propriamente, que cria o poder, mas o poder que cria e recria, historicamente, formas de saber equivalentes às relações de poder. A geografia aventureira, comercial ou científica, certamente, se incluiu nesse círculo.¹

O discurso geográfico foi utilizado como forma de poder, especialmente nos Estados modernos, impondo determinadas idéias de mundo e de sociedade. Mas quem produz esse discurso não é a geografia, uma vez que ela não é sujeito, mas uma forma de olhar e comunicar a realidade mediada por determinados procedimentos e técnicas, como a cartografia. Segundo Foucault (1996:8-9)

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Com a modernidade, de certa forma, a geografia renova seu discurso, agora mediado pela cientificidade, palavra eficaz utilizada para disfarçar as conseqüências trágicas no seio das instituições científicas da “temível materialidade” citada por Foucault. Nesse momento se dá o encontro com o “outro” e o anúncio da geografia moderna.²

¹ Segundo Foucault (1997:27) “Seria talvez preciso também renunciar a toda uma tradição que deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode desenvolver-se fora de suas injunções, suas exigências e seus interesses. Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa tornar-se sábio. Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados”.

O projeto colonial, por exemplo, é a manifestação inequívoca da transformação do “outro” em objeto, especialmente pelas nascentes ciências sociais no fim do século XIX. Dominar o objeto, agora moldado pelo discurso científico que procurou justificar diante dele próprio sua inferioridade técnica e cultural, é o caráter da modernidade que chega aos povos da América, Ásia e África. A colonização converte-se, primeiramente, na atitude de ocupação de um espaço, seguido da apropriação e redefinição da memória coletiva. Gomes (1996), referindo-se à geografia e a modernidade, escreve que a primeira teria o papel de fornecer uma “*imagem coerente e renovada do mundo*”. A idéia de coerência pode ser associada à concepção reinante do progresso e da ordem. Colaborar para a construção da imagem de um mundo ordeiro, sem contradições, hierárquico, passa a ser uma das tarefas da geografia. O mundo “descoberto”, habitado por povos “bárbaros”, “selvagens”, “pagãos”, “em estágio inferior”, encaixava-se plenamente nas concepções evolucionistas que encontrava sua teoria explicativa no positivismo. Por descrever e procurar ordenar esse mundo positivo, a geografia tornou-se positiva e com isso sustentou a modernidade e transformou-se em um dos pilares para a afirmação do Estado-Nação. É preciso lembrar que, segundo Viana (2000:733-734)

As ciências positivas eram as ciências naturais. O *status* adquirido por estas e os seus resultados práticos fizeram com que todos aqueles que queriam legitimidade e *status* no mundo da cultura buscassem abandonar a filosofia e se dedicassem ao cultivo da ciência. A brecha aberta pelo Estado capitalista e pelas universidades nascentes possibilitava o surgimento de pensadores buscando criar novas ciências, ‘inclusive ciências da sociedade’, mas que para ter *status* científico se submetiam ao modelo das ciências naturais.

Ao descrever o mundo enquanto recurso, a geografia desempenhou um papel singular no desenvolvimento do capitalismo. O mundo não acabou no mediterrâneo; ao contrário, esse seria o seu centro, que a representação cartográfica insiste em mostrar até os dias de hoje. O relato da geografia fantástica agora se transforma em descrição minuciosa, apoiada por uma cartografia cada vez mais exata. Essa é a geografia Ocidental. Essa é a geografia de Humboldt, de Ritter, de Ratzel, de Vidal de La Blache, mas também, com propósitos diferentes, a de Reclus e Kropotkin.³

Em linhas gerais, no plano interno, essa geografia tinha como tarefa fundamental divulgar a imagem do Estado-Nação e no plano externo, conduzir e justificar a expansão territorial

² Segundo Moraes (1989:20) “A possibilidade de conceber e de efetuar uma representação ordenada de todo o planeta e a existência de um cabedal de informações precisas sobre numerosos pontos da superfície terrestre eram os imperativos elementares da sistematização geográfica”.

³ Independente das perspectivas metodológicas de cada um desses autores, especialmente os dois últimos, não podemos desconsiderar que esses também foram influenciados por concepções de sociedade, revolução, socialismo, progresso, Estado entre outras, de seu tempo.

a partir dos imperativos do desenvolvimento capitalista. O Estado-Nação como indutor do progresso. O progresso do capitalismo. A imagem coerente do mundo em expansão foi substituída com igual competência pela imagem do Estado-Nação enquanto organismo vivo, em constante expansão de suas fronteiras. Juntamente com a história, a geografia colabora para a construção e afirmação do Estado-Nação. O discurso geográfico escolar confunde-se com o discurso do e sobre o Estado-Nação e surge a geografia patriótica reafirmando a estreita ligação entre estes últimos e a expansão do sistema escolar, como destacou Pereira (1993). O discurso geográfico aparece como discurso sobre a Nação construído nas diversas instituições, como as universidades, o Exército e a Escola. Em termos gerais, a Nação, enquanto construção coletiva, deveria ser ensinada como uma unidade. O ensino da História, da Geografia e da Língua oficial garantiria a unidade que permitiria a solidificação do Estado-Nação. Vlach (1994:39), sobre essa temática na Europa, escreve:

Na medida em que estava em jogo a imposição da nacionalidade, seria necessário suprimir as diferenças internas, isto é, sociais, sem o que não se forjaria a unidade nacional. É preciso ocultar a divisão social para que se crie uma comunhão (artificial) entre aqueles que nasceram em um mesmo lugar, falam a mesma língua, têm a mesma tradição.

No Brasil não foi muito diferente. A escola, como aparelho de um Estado de classe, cumpriu papel semelhante daquele desempenhado na Europa do século XIX. Ocultou a construção amarga e violenta do que conhecemos hoje como Brasil. Nossa história e nossa geografia, especialmente a ensinada em boa parte do século XX, procurou demonstrar o quanto a construção da Nação foi sólida e harmônica, sem conflitos internos e externos, como se as fronteiras do país não fossem objeto de disputas armadas ou mesmo diplomáticas.

O que a geografia ensinada em boa parte do século XX não ensinou é que esse Brasil europeu, com suas terras promissoras, seus rios e florestas, com seu povo vivendo em pecado desde a criação divina, com seu açúcar e seu ouro acumulados pelo suor escravo, sustentou Portugal por muito tempo. Na verdade, esse Brasil não era muito mais português que europeu. Basta lembrar a influência da Inglaterra, da França e da Holanda em nossa geografia colonial, ou trilhar o destino do ouro que daqui foi retirado, para verificarmos o quanto nossa geografia interessava ao modelo europeu.

Esse Brasil europeu escravizou, pilhou, depredou, ergueu vilas e catedrais como demonstração de sua onipotência, inventou a senzala e pelourinho, enfim, cumpriu sua tarefa de trazer uma primeira idéia das possibilidades da civilização para o trópico. Depois de a tarefa cumprida, foi embora, deixando espaço aberto para a construção de um Brasil independente, “livre”, mas não a ponto de poder trilhar seu próprio

caminho, ou mesmo dominar sua própria geografia. A Europa descobre, inventa e domina, ao mesmo tempo, um Brasil pecador e exótico. Um Brasil dotado de uma geografia abundante, transformada em recurso pela empresa colonial e posteriormente apropriada pela burguesia e pelo Estado emergente no fim do século XIX como recurso simbólico de nossas riquezas e nosso futuro promissor.

Desse modo a geografia, não só a escolar como a acadêmica e a produzida no interior do I.H.G.B (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - 1838) desempenharam papel singular na construção simbólica da Nação brasileira.⁴ Se à história coube o papel de fazer acreditar, tanto na produção historiográfica da época, quanto nos livros didáticos, que a construção da nação teria sido pacífica, sem resistência dos índios e negros “libertos do cativo”, sem o cangaço e os movimentos messiânicos, ocultando as revoltas provinciais e as “guerras internas” que sempre exigiram a ação enérgica do poder central; à geografia coube a tarefa de mostrar que essa construção solidária se deu a partir de uma base territorial estável, herdada da infinita natureza que definiu com precisão absoluta e incontestável nossas fronteiras, fornecendo a matéria prima para a elaboração da identidade nacional. Segundo Magnoli (1997:290)

A geografia – ou, mais precisamente, a imaginação geográfica – desempenhou papel crucial na produção de uma identidade nacional para o Brasil. Ela forneceu uma narrativa territorial poderosa, da qual emanam fontes de legitimidade ancestrais para o Estado brasileiro e caracteres singulares capazes de alicerçar a nacionalidade.

A bandeira do Brasil, ícone trabalhado pela República, demonstra claramente a nossa geografia estática. Da mesma forma o Hino Nacional, que narra a fertilidade de nossos solos. Imagem (bandeira) e discurso (Hino Nacional) representam uma comunhão que nunca existiu. Nossos heróis e símbolos, forjados no ambiente republicano do fim do século XIX, como demonstraram Carvalho (1998) e Sandes (2000), procuraram, cada qual, representar e legitimar os projetos de determinadas classes sociais para o país. Tanto nos quartéis, como nas escolas, aprendemos a reverenciar nossos heróis e símbolos como verdadeiros escoteiros: “*o sol da liberdade*”; “*o formoso céu, risonho e límpido*”; “*o gigante pela própria natureza*”; “*a paz no futuro e a glória do passado*”; recursos discursivos com base em elementos da chamada natureza que garantiriam o inexorável sucesso da “*pátria amada*”, da qual somos filhos.

⁴ Em se tratando do IHGB (1838), espaço de produção e divulgação de um saber sobre a nação, tanto na Monarquia como na República, Sandes (2000:81) escreve: “O IHGB tornou-se guardião de nossa tradição histórica desde 1838, quando iniciaram as atividades voltadas para sedimentar o corpo da memória nacional”.

Nossa Nação, como analisa Chauí (1999:14), tem uma “*invenção recente e autoritária*”. É produto do século XIX, pensada pelas elites, mas sua afirmação se dá no transcorrer do século XX. É nesse período que se institucionaliza, no Brasil, a Geografia acadêmica. Na década de 1930 surge a geografia acadêmica na recém-fundada Universidade de São Paulo, em 1934, como no ano seguinte no Rio de Janeiro; e a geografia profissional, com a criação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia), em 1937. As mudanças na economia do país com a emergência de uma sociedade urbana-industrial, bem como no modelo de Estado, criou uma nova perspectiva em torno da afirmação da burguesia nacional. A geografia foi chamada a desempenhar papel fundamental nesse processo. Um Brasil ainda desconhecido, que precisava ser cartografado por um Estado que, por sua vez, precisava afirmar seu poder. A gestão do território passava pelo conhecimento dos limites e recursos, pelo cadastramento de sua população. Assim foi preciso administrar e ensinar um país de dimensões formidáveis. Dividir em regiões, segundo modelo europeu, foi a solução apontada pela geografia, o que de fato foi seguido pelo Estado desde então.

Dessa maneira, as contradições, como bem sabemos, permaneceram bem encobertas pelas regiões naturais, critério seguido nas primeiras regionalizações do país. Mas isso ainda seria insuficiente para fazer a nação falar. Foi preciso “Machar para o Oeste” em busca da brasilidade. Unir o litoral ao sertão. O norte ao sul. Fazer a nação falar de cada ponto do país. Todo um sistema de redes de comunicação foi construído desde então. Os meios de comunicação como o rádio e o sistema telegráfico, assim como as rodovias serviram como fatores básicos para garantir a mobilidade no território. A partir das redes, a nação chega ao sertão, aos lugares mais longínquos, transformando valores em tradição, o que nos faz pensar que a nação não é definida simplesmente pelo recorte administrativo territorial, mas também, como destaca Ortiz (1994:20): “*como uma ‘consciência coletiva’ que solda seus membros no interior de uma mesma unidade*”.

O discurso sobre o Estado-Nação se materializou na academia e nos manuais de geografia. Primeiro, o Estado enquanto noção jurídica e administrativa. Depois, a Nação enquanto imagem e símbolo dos homens vivendo pacificamente no Estado. Não por acaso a geografia do Brasil começa pela infinita e fértil natureza. A geomorfologia, o clima, a vegetação, a hidrografia, demonstram a misericórdia divina. Depois, a população que, através da geografia, tomava conhecimento das dimensões e potencialidades do Brasil grande. Esse é o Brasil ensinado. Um Brasil físico, onde as contradições são resultados dos fenômenos naturais.

Desse modo, a geografia foi caminhando de mãos dadas com o Estado. Fazendo e comunicando sua história. Uma história que tem muito em comum com a história das

elites brasileiras e os grupos econômicos nacionais e internacionais. A luta pela afirmação dessas elites não se restringe ao campo material, ao contrário, sua sustentação no poder passa pela sua legitimação através de uma economia discursiva que tem nos meios de comunicação e nos diversos “aparelhos ideológicos” públicos e privados, como as escolas, sindicatos, associações, o ponto de apoio para sua permanência enquanto elite.

A produção do discurso geográfico então, envolve relações de poder. A materialidade do discurso implica em práticas sociais que reproduzem relações dominantes no espaço. O discurso geográfico não é “puro”, muito menos “autônomo em relação às outras disciplinas”, como anotou Gregory (1996). Sua pureza não resiste a uma análise sobre sua produção que se encontra “vigiada”, “demarcada”, “policiada” pelas instituições e órgãos que reivindicam para si o princípio da autoridade de criar e propagar, segundo seus fins, o discurso geográfico. É o que o ocorre com o discurso escolar da geografia, ou como colocou Escolar (1996:14) “a geografia ensinada”, que “impõe-se na aula para dispor o sentido do território, não produz, reproduz o discurso”. Ao longo dos dois últimos séculos, a geografia escolar tornou-se lugar privilegiado para a reprodução de “ideologias geográficas” (Moraes, 1996), muitas das quais produzidas na academia. Por outro lado, não podemos negar, essa mesma geografia procurou contestar o discurso dominante no interior da própria escola, negando a “geografia dos professores” veementemente criticada por Lacoste (1988).

Na medida que as formas de produção exigiam uma postura diferente diante dos novos padrões de consumo e produção dominantes, a geografia também mudou sua forma de servir a pátria e divulgar sua imagem, especialmente na escola. Uma breve revisão da história da geografia no século passado pode comprovar nossa hipótese. Da *new geography*, passando pelas geografias comportamentais, até as geografias críticas de orientação marxista, as concepções de mundo, sociedade e Estado mudaram significativamente. Essas mudanças tiveram repercussão no modo de ensinar a geografia, ou melhor, no discurso escolar, especialmente porque o crescimento no nível de escolarização do país foi acompanhado pelo aumento significativo do número de professores de ensino médio e fundamental com formação acadêmica e a consecutiva ampliação da produção do mercado editorial de geografia, o que pode ser confirmado se analisado as coleções de livros didáticos de geografia nos últimos trinta anos, data que marca o aparecimento de uma geografia menos voltada para a celebração da pátria.⁵

⁵ O fato de não celebrar a pátria nos livros didáticos, não significa uma recusa das ideologias dominantes. A negação, por exemplo, da presença do Estado no ordenamento do território, a aceitação de uma determinada globalização, a condenação *pura e simples* de alguns movimentos guerrilheiros na América Latina, ou mesmo dos métodos utilizados por palestinos no Oriente Médio, deve ser considerada com ressalvas, distante do dogmatismo e do maniqueísmo.

Acreditamos que essas mudanças no modo de pensar o mundo e ensino estiveram presentes, primeiramente na academia e depois, por intermédio de divulgação nos livros didáticos, na geografia escolar, o que poderia confirmar o pensamento de Escolar (1996:14) sobre as relações entre a “geografia acadêmica” e a “geografia ensinada”, como também a “geografia profissional” e a “geografia cotidiana”. Ainda segundo Escolar (1996:15)

A hierarquia entre essas quatro atividades geográficas descritas é bastante simples. A geografia acadêmica, pelo fato de que produz o discurso e o sentido, estará determinando diretamente as características das outras; cada uma das outras tem, no entanto, sua própria especificidade. A geografia ensinada necessita de independência conceitual. A geografia profissional tem certa capacidade de modificar-se pela pressão das problemáticas de que trata; por último, a geografia cotidiana contradiz com seu desenvolvimento os cânones do discurso acadêmico disciplinar, continuamente entra em crise com a geografia ensinada, pelo simples fato de que esta é, em grande parte, um produto ideológico socialmente imposto.

Nessa linha de pensamento, onde as relações certamente não são tão mecânicas quanto parecem, podemos perceber que em alguns momentos as mudanças na academia têm reflexo na geografia escolar. Conceitos, categorias, visões de mundo e sociedade, projetos para o país, são transferidos para os livros didáticos e reproduzidos nas milhares de escolas de todo o país. Utilizando-se da rede de distribuição pública e, em menor escala, a privada, esses livros são utilizados por alunos de diversas regiões do país. A partir deles, alunos e professores entram em contato com a geografia do Brasil, da América, da Europa, do Mundo. Da pátria impressa nos primeiros livros didáticos de geografia até o mundo polarizado pelos “comunistas” e “capitalistas”, findando com a queda do “muro”, a globalização e a ideologia do fim do Estado-Nação, muita coisa mudou nas páginas dos livros didáticos. Quando esse período chega, impondo um novo modo de pensar o Estado, a Nação e a sociedade a partir da racionalidade da empresa e dos princípios globais, o que fazer com uma disciplina que foi sedimentada pelo Estado-Nação?

O declínio do Estado-Nação e a globalização

Tanto a geografia escolar como a geografia acadêmica, ao longo do século XX, passaram por grandes transformações e momentos de debates intensos. A história da geografia passa distante da linearidade. As mudanças na economia-mundo, nas formas de consumo e produção do espaço, nos meios informacionais, bem como os processos de macrorregionalização e a própria globalização, colocaram novos temas para o debate e criaram, ao mesmo tempo, novas demandas e desafios para a geografia, especialmente a ensinada. Ensinar geografia não é mais mostrar a forma

orgânica do Estado-Nação. Mas isso, ao contrário do que possamos imaginar, pode não significar uma retomada no direcionamento à geografia renovada e crítica. Lacoste (1989), em artigo intitulado “*Liquidar a geografia... liquidar a idéia nacional*” nos lembra que o projeto nacional foi um projeto da burguesia nacional e que o projeto de um mundo globalizado a partir do mercado também é um projeto burguês. “*Liquidar a idéia nacional... liquidar a geografia*” pode significar um novo passo na estratégia de unificação dos mercados. Uma estratégia que a geografia deveria desvendar.

Que sentido teria, se analisada a União Européia, ensinar os limites da França ou mesmo da Alemanha na escola? Agora, quem sabe, seja preciso ensinar que a União Européia precisa construir um bloco sólido e coeso para enfrentar a economia norte-americana e a economia asiática. O mesmo podemos dizer do Brasil que pode enunciar para seus “cidadãos” as desvantagens e vantagens de um MERCOSUL ou mesmo da ALCA. A integração agora não é mais nacional e a geografia deve mostrar, se atender o chamado neoliberal, que as diferenças sociais serão superadas pelo livre mercado. Deve continuar ensinando a Europa pacífica, ou mesmo a América livre. Ignorar o Oriente, ou mesmo ensiná-lo com espanto, a partir da visão generalizante norte-americana balizada pelos meios de comunicação⁶. Deve esquecer de ensinar a África, assim como os ingleses ou norte-americanos haviam esquecido. Deve mostrar que os meios informacionais criaram a possibilidade histórica do encontro sem confronto entre as classes. Uma espécie de comunhão, pois todos, independentemente de credo, cor, classe social ou gênero, em diferentes partes do mundo, se emocionam com a morte trágica da princesa inglesa que tempos atrás “detonou” algumas minas terrestres na África como demonstração do arrependimento da Monarquia inglesa diante da exploração histórica a que esteve submetido esse continente. A geografia, se atender o projeto neoliberal, deve mostrar que a comunhão é possível e apresentar, para utilizar uma expressão de Santos (2000), a “*globalização enquanto fábula*”.

Mas a geografia pode trilhar o caminho oposto e encontrar, no período histórico em que vivemos, o fermento não só para propor a mudança, como também ensiná-la. Para isso deve criar um contra-discurso. Não o contra-discurso forjado nos limites rígidos da disciplina acadêmica que interpreta unilateralmente os fatos, segundo uma cientificidade que serve como alibi para interpretações distorcidas e ideológicas da realidade. Mas um contra-discurso que parta do cotidiano. Que procure aprender e

⁶ Sobre as representações do oriente a partir do ocidente, especialmente pelos ingleses, franceses e norte-americanos, consultar o instigante trabalho Said (1990). Segundo esse autor “O orientalismo, portanto, é um conhecimento do Oriente que põe as coisas orientais na aula, no tribunal, prisão ou manual para ser examinado, estudado, julgado, disciplinado ou governado” (1990:18).

ensinar de modo crítico isso que vem embalado como “aldeia global”. Que na realidade é o mundo da informação sobre o global e da desinformação sobre o entorno. Essa é a estratégia e o projeto global que devemos combater. Estamos entendidos do mundo, mas inconscientes do nosso entorno. Os outros estão conscientes do nosso entorno, que é para eles o mundo, e inconscientes do seu próprio entorno, que é para nós o mundo. A empresa, por exemplo, está consciente do mundo e do entorno, bem como de suas normas, para lembrar Santos (1997).

As normas que comandam o mundo global são distintas daquelas do século passado. O Estado-Nação a cada dia ordena menos o território. Suas normas estão cada vez mais flexíveis e o discurso da inoperância condenou o Estado por sua falta de racionalidade. Mas enganam-se os que pensam que o investimento seja contra a presença do Estado-Nação. Ele permanece no que interessa para as grandes corporações e, não devemos esquecer, para países como Estados Unidos, Alemanha, Japão, Inglaterra, entre outros poucos. O mercado global ocupa cada vez mais espaço do Estado-Nação e se desterritorializa.⁷ Aliás, essa tem sido uma das principais características da “modernidade-mundo”. Segundo Ortiz (1999:41):

A modernidade-mundo traz com ela um outro tipo de civilização. A desterritorialização de signos, imagens e objetos deitam as raízes de uma cultura internacional-popular. McDonald's, desenhos animados da Toei Animation, telenovelas brasileiras, personagens do Walt Disney, filmes de *western*, ao lado de toda uma paisagem de mercadorias e coisas, são traços constitutivos de uma memória coletiva compartilhada em escala planetária.

Outra característica marcante da globalização é a fragmentação, que muitas vezes aparece como anomalia, já que a própria idéia de globalização excluiria a fragmentação, criando um espaço homogêneo, onde o encontro com o outro não provocaria, como nos séculos passados, estranhamento. Haesbaert (1998:48) coloca a questão sobre a fragmentação da seguinte forma:

Em sua versão otimista, a hipótese da fragmentação veria um mundo de múltiplas culturas e territórios convivendo pacificamente e desenvolvendo modos de vida comunitários integrados. A fragmentação vista negativamente, por outro lado, traria o caos planetário, “uma nova Idade Média” de conflito generalizado, espécie de Somália mundial. Já na hipótese da sociedade-mundo, numa versão pessimista,

⁷ O grande capital assume, com bastante sutileza, o controle do território, deixando para os governos o ônus da responsabilidade pelos serviços básicos que justifiquem sua existência enquanto estado que pode, sempre, utilizar os preceitos “legais” e “democráticos” para apoiar o grande capital. O mínimo de Estado e de Nação deve permanecer, ainda porque, quando o grande capital apoiado pelos organismos internacionais, como o FMI, deixar o país em situação de crise, em que os governantes se apoiarão?

o “Grande Irmão”, como propôs Orwell em seu livro “1984”, um Estado ou grupo social, dominaria a todos através de um sofisticado aparato tecnológico de caráter global.

O discurso presente na escola sobre a globalização, longe de querer dar respostas, também pode ser o discurso sobre a fragmentação que reconhece no território ou mesmo no lugar, novas formas de resistência ao modelo de globalização dominante. As resistências podem aparecer de muitas formas, reafirmando que a globalização, fazendo referência a Giddens (1991), coloca em evidência a condição de “risco” do mundo contemporâneo e mostra, com muita clareza, a outra face do discurso da homogeneidade que nega os processos de exploração que nos conduziram à condição de “risco”. Quando se pensava que tudo estava sob controle (exceto por alguns episódios como os que ocorreram em Gênova!) o risco aparece como sinônimo de islamismo, eufemismo norte-americano para a palavra terrorismo. Mas a enunciação do risco não o explica, muito menos o elimina. Ao contrário, o risco tem aumentado em proporções alarmantes, transpondo as fronteiras administrativas mais eficazes. Novamente, por mais estranho que possa parecer, o centro reaparece. É reconhecido. Atacado. Mas o centro resiste por não ser mais centro, e sofre pelo motivo de representar o centro, o modelo, a expressão mais eficaz do modo de vida ocidental: o americanismo. A Babel é atacada e o Ocidente uniu-se para combater o que ele mesmo criou. A chamada nova ordem mundial carece de adjetivos menos perenes. O capitalismo, não só como modo de produção material, mas também “espiritual” Ianni (1999), padece por sua ética que não encontrou, ao longo de sua existência, uma maneira de coabitar como modos diferenciados de ver e agir no mundo. Isso fica claro quando observamos que as dicotomias “Norte X Sul”, “Centro X Periferia”, “Desenvolvidos X Subdesenvolvidos”, “Primeiro Mundo X Outros Mundos”, são descartadas momentaneamente para valorizar a oposição “Ocidente X Oriente”. A aliança é completa. Todos querem fazer parte do mundo civilizado, da aliança contra um modo de existência que rejeitamos por não entendê-lo, no máximo o reconhecemos pelos olhos do próprio Ocidente através do cinema. A questão é que, como coloca Ortiz (2000:29-30):

O fundamentalismo islâmico pode ser compreendido como uma recusa da modernidade, um rechaço aos valores do Ocidente. Como todo ‘grande relato’ (para falar como Lyotard), ele resiste às exigências da globalização das sociedades e da mundialização da cultura. Para o Islão, Deus está vivo, não no sentido de uma crença individual, mas de uma coletividade que se organiza segundo princípios religiosos. Visão de mundo na qual se enraízam as relações entre Estado e religião, e uma ética distante da racionalidade moderna.

Uma geografia renovada tem o dever de mostrar os novos territórios de luta que

surtem em diferentes lugares, seja no Ocidente ou mesmo no Oriente, noção que foge ao caráter exclusivamente da localização, como nos alertou Said (1990). A resistência à opressão se manifesta de diferentes formas, em muitos lugares. É preciso divulgá-las, discuti-las, criticá-las, propor um contra-discurso que terá como elemento principal a crítica da homogeneidade. A cidade, por exemplo, enquanto objeto concreto do discurso global, é apresentada como lugar onde impera a violência. Isso pode ser um bom sinal, uma vez que o discurso pejorativo nasce de uma preocupação com a cidade que aparece como lugar da mudança, muito embora essa não seja enunciada pelos meios de comunicação. Lugar das estratégias individuais e coletivas, dos jogos, das manhas, da transformação e das “*contra-racionalidades*” (Santos: 1997).

De Gênova, mas também de Nova Iorque, da periferia de São Paulo, dos morros do Rio de Janeiro, das favelas de São Luís, uma cultura de contestação nasce com muita força, utilizando formas variadas para se fazer ouvir. Se esses “*contra-discursos*” aparecem como violentos isso não deve nos assustar, até porque a resistência sempre é entendida, adjetivada como violenta. Por essa ótica o discurso escolar da geografia poderia procurar cartografar as resistências, ensiná-las, aperfeiçoá-las. Reconhecer e aproximar da geografia ordinária, praticada nas ruas pelos homens comuns, pobres, que povoam as cidades. Aquela geografia dita “*não-científica*”; “*não-acadêmica*”; uma vez que é praticada por não-geógrafos. Precisamos lembrar que essa geografia vem sendo capaz de construir um discurso que contribui todos os dias para sobrevivência desses não-geógrafos.

Não estamos fazendo apologia ao “*senso-comum*”. Apenas lembramos que a sociedade, noção aparentemente homogênea, objeto de nossa ciência, é formada por pessoas que esperam alguma coisa a mais da ciência que a pura e simples especulação. O exercício da especulação não pode ser confundido com a teoria. Por seu turno, a teoria não pode negar que sua evolução está em contato íntimo com a realidade material transformada e interpretada continuamente pelos homens. Assim se refaz a teoria. O discurso da geografia, especialmente a escolar, deve avançar as fronteiras do academicismo, desconfiar das receitas “*prontas*” nos manuais escolares, encontrar, em outras geografias, a renovação teórica e prática necessária para mudar seu discurso.

O discurso escolar da geografia envolve, nos dias de hoje, uma nova experiência do tempo e do espaço. O tempo rápido das instituições financeiras normatiza, dirige e controla o cotidiano. O espaço é transformado em velocidade jamais pensada, o que dificulta nossa percepção das contradições, uma vez que a própria essência se põe em movimento. O tempo e espaço parecem homogêneos. De longe a política da

Coca-Cola ou mesmo do *Carrefour* é igual em todos os lugares. De perto, elas são distintas no uso dos tempos e espaços, basta comparar suas ações na América, na Ásia e na África. Por outro lado, de longe, como aparece no discurso, o tempo e o espaço das pessoas comuns também são iguais, homogêneos. De perto, como deve olhar uma disciplina como a geografia, essas experiências não são homogêneas. Existem tempos de uso do espaço que não obedecem às normas do capital. Que dizer das experiências temporais e espaciais no Oriente Médio e na Ásia, ou mesmo dos grupos sociais excluídos no Brasil? Nesse ponto, a geografia pode encontrar o fermento para propor um contra-discurso mostrando que a verdadeira solidariedade global só é possível a partir das diferenças que determinada globalização insiste em camuflar.

Outras considerações

Ao longo de nossas reflexões, procuramos estabelecer algumas relações entre o discurso geográfico escolar e a realidade em determinados recortes históricos. Nossa intenção foi interrogar sobre o papel da geografia no momento atual. Para isso procuramos relacionar seu discurso ao Estado-Nação, realidade discursiva e espacial. Não se ensina geografia. Ensina-se, sim, a realidade interpretada à luz da geografia. A geografia existe enquanto um corpo de saber, que se encontra apropriado pelas empresas, pela academia, pelos homens ordinários e pelo Estado. A luta pela legitimidade do discurso geográfico implica no domínio de formas determinadas de divulgar idéias e imagens do mundo. Outrora foi o Estado-Nação. No presente, o mundo global. A análise dessas realidades discursivas pode revelar as limitações e perspectivas da geografia em torno de um projeto transformador, mas também o seu contrário, ou seja, uma geografia utilitarista que tem como objetivo divulgar uma imagem do mundo enquanto “*espetáculo*”. Que geografia fazer? Que geografia ensinar?

Abstract: The present text has for objective to argue on the relations that can be established between the pertaining to school geographic speech and the production of the space, from an analysis between Geography, the State-Nation and the Globalization. In this line of thought, one searches to reflect on the paper of Geography at the current moment.

Key-Words: Pertaining to school Geography, Globalization, State-Nation.

Bibliografia

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas – o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil – mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Vigiar e punir*. 16.ed. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1997.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GREGORY, Derek. Teoria social e geografia humana. In.: GREGORY, Derek *et al.* *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

HAESBAERT, Rogério. Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. In: Haesbaert, Rogério (Org.). *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 8. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1999.

LACOSTE, Yves. Liquidar a geografia – liquidar a idéia nacional. In: VESENTINI, José William. *Geografia e ensino: textos críticos*. Campinas, SP : Papius, 1989.

_____. *A geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. São Paulo: Papius, 1998.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria – imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912)*. São Paulo: Editora da Unesp / Moderna, 1997.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *A gênese da geografia moderna*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *Ideologias geográficas*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

ORTIZ, Renato. Cultura, modernidade e identidades. In.: SCARLATO, Francisco Capuano e outros. *O novo mapa do mundo: globalização e espaço latino-americano*. 2ª. ed.: São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1994.

_____. *Um outro território – ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho D'água, 1999.

_____. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PEREIRA, Raquel Maria F. do Amaral. *Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna*. 2. Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.

SAID, Edward. *Orientalismo – o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação – entre a monarquia e a república*. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço – técnica e tempo / razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VIANA, Nildo. Sobre as ciências sociais. In.: *Estudos*. Goiânia: V. 27, N° 04, out. dez. 2000.

VLACH, Vânia. *Geografia em construção*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1994.

